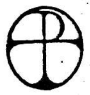
Eric J. Hobsbawm

A REVOLUÇÃO FRANCESA

7ª Edição



PAZ E TERRA
Coleção Leitura

Produção gráfica: Katia Halbe
Capa: Isabel Carballo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Este livro constitui-se de exerto de *A era das revoluções.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hobsbawm, Eric J.
A revolução francesa / Eric J. Hobsbawn; {tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel}. — Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996. — (Coleção Leitura)

1. Política I. Título. II. Série.

96-1926 CDD-320

Índice para catálogo sistemático:
1. Ciência política 320
2. Política 320

EDITORA PAZ E TERRA S/A
Rua do Triunfo, 177
Santa Ifigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010
Tel.: (011) 3337-8399
e-mail: vendas@pazeterra.com.br
Home page: www.pazeterra.com.br

2008

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

ÍNDICE

Um inglês que não se sinta cheio de estima e admiração, pela maneira sublime com que está agora se efetuando uma das mais *importantes revoluções* que o mundo jamais viu, deve estar morto para todos os sentidos da virtude e da liberdade. Nenhum de meus compatriotas que tenha tido a sorte de presenciar as ocorrências dos últimos três dias nesta grande cidade deixará de testemunhar que minha linguagem não é hiperbólica.

O Morning Post (21 de julho de 1789) sobre a queda da Bastilha.

Brevemente as nações esclarecidas colocarão em julgamento aqueles que têm até aqui governado os seus destinos. Os reis fugirão para os desertos, para a companhia dos animais selvagens que a eles se assemelham; e a Natureza recuperará os seus direitos.

Saint-Just; Sur la Constitution de la France, Discours prononcé à la Convention, 24 de abril de 1793.

I

Se a economia do mundo do século XIX foi constituída principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram constituídas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não-europeu. No entanto, foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e as políticas européias (ou mesmo mundiais), entre 1789 e 1917, foram em grande parte lutas a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários princípios de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. Ela forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu, pela influência francesa, as antigas

civilizações que até então resistiam às idéias européias. Esta foi a obra da Revolução Francesa.[1]

O final do século XVIII foi uma época de crise para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas, chegando até o ponto de revoltas, de movimentos coloniais em busca de autonomia, às vezes atingindo o nível da secessão: não só nos Estados Unidos (1776-83) mas também na Irlanda (1782-84), na Bélgica e em Liège (1787-90), na Holanda (1783-87), em Genebra e, até mesmo, na Inglaterra (1779). A quantidade de agitações políticas é tão grande que alguns historiadores mais recentes falaram de uma "era da revolução democrática", na qual a Revolução Francesa foi apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão.[2]

Na medida em que a crise do velho regime não foi puramente um fenômeno francês, há algum peso nessas observações. Igualmente se pode argumentar que a Revolução Russa de 1917 (que ocupa uma posição de importância análoga em nosso século) foi meramente o mais dramático de toda uma série de movimentos semelhantes, tais como os que, alguns anos antes de 1917, finalmente puseram fim aos antigos impérios turco e chinês. Ainda assim, há aí um equívoco. A Revolução Francesa pode não ter sido um fenômeno isolado, mas foi muito mais fundamental do que os outros fenômenos contemporâneos, e suas conseqüências foram, portanto, muito mais profundas. Em primeiro lugar, ela aconteceu no mais populoso e poderoso Estado da Europa (com exceção da Rússia). Em 1789, cerca de um em cada cinco europeus era francês. Em segundo lugar, ela foi, diferentemente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram, uma revolução *social* de massa, e incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável. Não é casual que os revolucionários americanos e os jacobinos britânicos que emigraram para a França, em razão de suas simpatias políticas, tenham sido vistos, na França, como moderados. Tom Paine era um extremista na Grã-Bretanha e na América; mas, em Paris, ele estava entre os mais moderados dos girondinos. Resultaram das revoluções americanas, grosseiramente falando, países que continuaram a ser o que eram, apenas sem o controle político dos britânicos, espanhóis e portugueses. O resultado da Revolução Francesa foi o de que a era de Balzac substituiu a era de Mme. Dubarry.

Em terceiro lugar, entre todas as revoluções contemporâneas, a Revolução Francesa foi a única ecumênica. Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas idéias de fato o revolucionaram. A revolução americana foi um acontecimento crucial na história americana, mas (exceto para os países diretamente envolvidos nela ou por ela) deixou poucos traços relevantes em outras partes. A Revolução Francesa é

mundial
universal

1. Esta diferença entre as influências britânica e francesa não deve ser levada muito longe. Nenhum dos dois centros da revolução dupla confinou sua influência a qualquer campo da atividade humana, e os dois eram mais complementares que competitivos. Entretanto, até mesmo quando ambos convergiam mais claramente — como no *socialismo*, que foi quase simultaneamente inventado e batizado nos dois países —, convergiam de direções um tanto diferentes.
2. Veja R. R. Palmer, *The age of democratic revolution* (1959); J. Godechot, *La grande nation* (1956), v.I, capítulo I.

um marco em todos os países. Suas repercussões, ao contrário daquelas da revolução americana, ocasionaram os levantes que levaram à libertação da América Latina depois de 1808. Sua influência direta espalhou-se até Bengala, onde Ram Mohan Roy foi inspirado por ela a fundar o primeiro movimento de reforma hindu, predecessor do nacionalismo indiano moderno. (Quando visitou a Inglaterra, em 1830, ele insistiu em viajar num navio francês para demonstrar o entusiasmo que tinha pelos princípios da Revolução.) A Revolução Francesa foi, como bem se disse, "o primeiro grande movimento de idéias da cristandade ocidental que teve algum efeito real sobre o mundo islâmico",[3] e isto quase que de imediato. Por volta da metade do século XIX, a palavra turca *vatan*, que até então simplesmente descrevia o local de nascimento ou a residência de um homem, tinha começado a se transformar, sob sua influência, em algo parecido com *patrie*; o termo "liberdade", antes de 1800, sobretudo uma expressão legal que denotava o oposto de "escravidão", tinha começado a adquirir um novo conteúdo político. Sua influência direta é universal, pois ela forneceu o padrão para todos os movimentos revolucionários subseqüentes, tendo incorporado suas lições (interpretadas segundo o gosto de cada um) ao socialismo e ao comunismo modernos.[4]

3. B. Lewis, The impact of the French Revolution on Turkey, *Journal of World History*, I, 1953-54, p.105.
4. Com isto não queremos subestimar a influência da revolução americana. Sem dúvida, ela ajudou a estimular a Revolução Francesa e, num sentido mais estrito, forneceu modelos constitucionais — competindo e às vezes se alternando com a Revolução Francesa — para vários Estados latino-americanos e, esporadicamente, a inspiração para movimentos democrático-radicais.

A Revolução Francesa é, assim, *a* revolução do seu tempo, e não apenas uma revolução, embora a mais proeminente de sua espécie. E suas origens devem, portanto, ser procuradas não meramente nas condições gerais da Europa, mas na situação específica da França. Sua peculiaridade talvez seja mais bem ilustrada em termos internacionais. Durante todo o século XVIII a França foi o maior rival econômico da Grã-Bretanha. Seu comércio externo, que se multiplicou quatro vezes entre 1720 e 1780, causava preocupação; seu sistema colonial foi em certas áreas (como nas Índias Ocidentais) mais dinâmico que o britânico. Mesmo assim, a França não era uma potência como a Grã-Bretanha, cuja política externa já era substancialmente determinada pelos interesses da expansão capitalista. Ela era a mais poderosa e, sob vários aspectos, a mais típica das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa. Em outras palavras, o conflito entre a estrutura oficial com os interesses estabelecidos pelo Antigo Regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França do que em outras partes do mundo.

As novas forças sabiam muito precisamente o que queriam. Turgot, o economista fisiocrata, lutou por uma exploração eficiente da terra, por um comércio e uma empresa livres, por uma administração eficiente e padronizada de um único território nacional homogêneo, pela abolição de todas as restrições e desigualdades sociais que impediam o desenvolvimento dos recursos nacionais, e por uma administração e taxação racionais e imparciais. Ainda assim, sua tentativa de aplicação desse programa como primeiro-ministro no período 1774-76

fracassou lamentavelmente, e o fracasso é característico. Reformas desse tipo, em doses modestas, não eram incompatíveis com as monarquias absolutas nem tampouco mal recebidas. Pelo contrário, uma vez que as fortaleciam, tiveram uma ampla difusão nessa época entre os chamados "déspotas esclarecidos". Mas, na maioria dos países de "despotismo esclarecido", essas reformas ou eram inaplicáveis e, portanto, meros floreios teóricos, ou então tinham poucas probabilidades de mudar o caráter geral das estruturas político-sociais; ou ainda fracassaram em face da resistência das aristocracias locais e de outros interesses estabelecidos, deixando o país retroceder a uma versão algo mais ordenada do seu antigo Estado. Na França, elas fracassaram mais rapidamente do que em outras partes, pois a resistência dos interesses estabelecidos era mais efetiva. Contudo, os resultados desse fracasso foram mais catastróficos para a monarquia; e as forças da mudança burguesa eram fortes demais para cair na inatividade. Elas simplesmente transferiram suas esperanças em uma monarquia esclarecida para o povo ou a "nação".

Entretanto, uma generalização desta ordem não nos leva muito longe na compreensão de por que a Revolução eclodiu quando eclodiu, e por que tomou aquele curso notável. Para isso, é mais útil considerarmos a chamada, "reação feudal", que realmente forneceu a centelha que fez explodir o barril de pólvora da França.

As 400 mil pessoas aproximadamente que, entre os 23 milhões de franceses, formavam a nobreza, a inquestionável "primeira linha" da nação, embora não tão absolutamente a

salvo da intromissão das linhas menores como na Prússia e em outros lugares, estavam bastante seguras. Elas gozavam de consideráveis privilégios, incluindo a isenção de vários impostos (mas não de tantos quanto o clero, mais bem organizado), e o direito de receber tributos feudais. Politicamente sua situação era menos brilhante. A monarquia absoluta, conquanto inteiramente aristocrática e até mesmo feudal no seu *ethos*, havia destituído os nobres de sua independência e responsabilidade políticas, e reduzido ao mínimo suas velhas instituições representativas: "estados"* e *parlements*. O fato continuou a se agravar junto da mais alta aristocracia e junto da *noblesse de robe* mais recente, criada pelos reis para vários fins, principalmente financeiros e administrativos — uma classe média governamental enobrecida, que expressava tanto quanto podia o duplo descontentamento dos aristocratas e dos burgueses por meio dos *estados* e Cortes de Justiça remanescentes. Economicamente, as preocupações dos nobres não eram absolutamente desprezíveis. Mais guerreiros do que homens de negócios por nascimento e tradição (os nobres eram até mesmo formalmente impedidos de exercer um ofício ou profissão), eles dependiam da renda de suas propriedades, ou, se pertencessem à minoria privilegiada de grandes nobres ou cortesãos de casamentos milionários, pensões, presentes ou sinecuras da

N.T.: * "*estates*" no original. Em inglês britânico, a palavra *estate* designa os bens excepcionais que definem um "*status*", uma "ordem" ou "classe" social do Antigo Regime (cf. "Terceiro Estado"); ou, ainda, uma Corte ou Assembléia (neste caso, no plural, cf. "Os Estados Gerais"); trata-se, portanto, aqui das Assembléias ou Cortes da nobreza.

corte. Mas os gastos que o *status* de nobre exigia eram grandes e cada vez maiores, e suas rendas caíam — pois eram raramente administradores inteligentes de suas fortunas, se é que, de alguma forma, conseguiam administrá-las. A inflação tendia a reduzir o valor de rendas fixas, como os aluguéis.

Era, portanto, natural que os nobres usassem seu único e principal recurso, os reconhecidos privilégios de ordem. Durante todo o século XVIII, na França como em tantos outros países, eles invadiram decididamente os postos oficiais que a monarquia absoluta preferira preencher com homens da classe média, politicamente inofensivos e tecnicamente competentes. Por volta da década de 1780, eram necessários quatro graus de nobreza até para comprar uma patente no Exército; todos os bispos eram nobres e até mesmo as intendências, a pedra angular da administração real, tinham sido retomadas por eles. Conseqüentemente, a nobreza não só exasperava os sentimentos da classe média por sua bem-sucedida competição por postos oficiais, mas também corroía o próprio Estado, pela tendência crescente de assumir a administração central e provinciana. De maneira semelhante — especialmente os cavalheiros provincianos mais pobres que tinham poucos recursos — tentaram neutralizar o declínio de suas rendas usando ao máximo seus consideráveis direitos feudais para extorquir dinheiro (ou mais raramente, serviço) do campesinato. Toda uma profissão, a dos *feudistas*,* passou a existir para reviver esse tipo de direitos obsoletos ou, então, para aumentar ao

N.T.: * especialistas em Direito Feudal.

máximo o rendimento dos existentes. Seu mais celebrado membro, Gracchus Babeuf, viria a se tornar o líder da primeira revolta comunista da História moderna, em 1796. Conseqüentemente, a nobreza não só exasperava a classe média mas também o campesinato.

A situação dessa classe enorme, compreendendo talvez 80% de todos os franceses, estava longe de ser brilhante. De fato, os camponeses eram, em geral, livres e, não raro, proprietários de terras. Em quantidade efetiva, as propriedades do clero talvez cobrissem outros 6%, com variações regionais.[5] Assim é que, na diocese de Montpellier, os camponeses já possuíam de 38% a 40% da terra, a burguesia de 18% a 19%, os nobres de 15% a 16% e o clero de 3% a 4%, enquanto um quinto era de terras comuns.[6] Na verdade, a grande maioria não tinha terras ou possuía uma quantidade insuficiente, deficiência esta aumentada pelo atraso técnico dominante; e a fome geral de terra foi intensificada pelo aumento da população. Os tributos feudais, os dízimos e as taxas tomavam uma proporção grande e cada vez maior da renda do camponês, e a inflação reduzia o valor do resto. Pois só a minoria dos camponeses que tinha um constante excedente para vendas se beneficiava dos preços crescentes; o resto, de uma maneira ou de outra, sofria, especialmente em tempos de má colheita, quando dominavam os preços de fome. Há pouca dúvida de que, nos vinte anos que precederam a Revolução, a situação dos camponeses tivesse piorado por essas razões.

5. H. Sée, *Esquisse d'une histoire du régime agraire* (1931), p.19-17.
6. A. Soboul, *Les campagnes montpelliéraines et la fin de l'Ancien Régime* (1958).

Os problemas financeiros da monarquia agravaram o quadro. A estrutura fiscal e administrativa do reino era tremendamente obsoleta, e a tentativa de remediar a situação por meio das reformas de 1774-76 fracassou, derrotada pela resistência dos interesses estabelecidos encabeçados pelos *parlements*. Assim, a França envolveu-se na guerra da independência americana. A vitória contra a Inglaterra foi obtida ao custo da bancarrota final e, portanto, a revolução americana pôde proclamar-se a causa direta da Revolução Francesa. Vários expedientes foram tentados com sucesso cada vez menor, mas sempre longe de uma reforma fundamental que, mobilizando a considerável capacidade tributável do país, pudesse enfrentar uma situação em que os gastos excediam a renda em pelo menos 20%, e não havia quaisquer possibilidades de economias efetivas. Embora a extravagância de Versailles tenha sido constantemente culpada pela crise, os gastos da corte só significavam 6% dos gastos totais, em 1788. A guerra, a Marinha e a diplomacia constituíam um quarto, e metade era consumida pelo serviço da dívida existente. A guerra e a dívida — a guerra americana e sua dívida — partiram a espinha dorsal da monarquia.

A crise do governo deu à aristocracia e aos *parlements* a sua oportunidade. Eles se recusavam a pagar pela crise se seus privilégios não fossem estendidos. A primeira brecha no fronte do absolutismo foi uma "assembléia de notáveis" escolhidos a dedo, mas ainda assim, mesmo rebeldes, convocada em 1787 para satisfazer às exigências governamentais. A segunda e decisiva brecha foi a desesperada decisão de convocar os Estados Gerais, a velha assembléia feudal do reino, enterrada desde 1614. Assim, a Revolução começou como uma tentativa aristocrática de recapturar o Estado. Esta tentativa foi mal calculada por duas razões: ela subestimou as intenções independentes do Terceiro Estado — a entidade fictícia destinada a representar todos os que não eram nobres nem membros do clero porém, de fato, dominada pela classe média — e desprezou a profunda crise socioeconômica em meio à qual lançava suas exigências políticas.

A Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado. Nem mesmo chegou a ter "líderes" do tipo que as revoluções do século XX têm-nos apresentado, até o surgimento da figura pós-revolucionária de Napoleão. Entretanto um surpreendente consenso de idéias gerais entre um grupo social bastante coerente deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva. O grupo era a "burguesia"; suas idéias eram as do liberalismo clássico, conforme formuladas pelos "filósofos" e "economistas", e difundidas pela maçonaria e associações informais. Até este ponto, os "filósofos" podem ser, com justiça, considerados responsáveis pela Revolução. Ela teria ocorrido sem eles; mas eles, provavelmente, constituíram a diferença entre um simples colapso de um velho regime e a sua substituição rápida e efetiva por um novo.

Em sua forma mais geral, a ideologia de 1789 era a maçônica, expressa com tão sublime inocência na *Flauta mágica* de Mozart (1791), uma das primeiras grandes obras de arte

propagandística de uma época cujas mais altas realizações artísticas freqüentemente pertenciam à propaganda. Mais especificamente, as exigências do *burguês* foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios da nobreza, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. "Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis", dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que somente no terreno da "utilidade comum". A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável. Os homens eram iguais perante a lei e as profissões estavam igualmente abertas ao talento; mas, se a corrida começava sem empecilhos, pressupunha-se como fato consumado que os corredores não terminariam juntos. A declaração afirmava (posição contrária à hierarquia da nobreza ou absolutismo) que "todos os cidadãos têm o direito de colaborar na elaboração das leis"; mas "tanto pessoalmente como por meio de seus representantes". E a assembléia representativa que ela vislumbrava como o órgão fundamental de governo não era necessariamente uma assembléia democraticamente eleita, tampouco, no regime que estava implícito, pretendia-se eliminar os reis. Uma monarquia constitucional baseada em uma oligarquia possuidora de terras era mais adequada à maioria dos liberais burgueses do que a república democrática que poderia parecer uma expressão mais lógica de suas aspirações teóricas, embora alguns também advogassem esta causa. Mas, de modo geral, o burguês liberal clássico

de 1789 (e o liberal de 1789-1848) não era um democrata mas sim um devoto do constitucionalismo, de um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e de um governo de contribuintes e proprietários.

Entretanto, oficialmente esse regime expressaria não apenas seus interesses de classe, como também a vontade geral do "povo", que era por sua vez (uma significativa identificação) "a nação francesa". O rei não era mais Luís, pela Graça de Deus, rei de França e Navarra, mas Luís, pela Graça de Deus e do direito constitucional do Estado, rei dos Franceses. "A fonte de toda a soberania", dizia a Declaração, "reside essencialmente na nação". E a nação, conforme disse o abade Sieyès, não reconhecia nenhum interesse no mundo acima do seu próprio e não aceitava qualquer lei ou autoridade que não a sua — nem a da humanidade como um todo, nem a de outras nações. Sem dúvida, a nação francesa, como suas subseqüentes imitadoras, não concebeu inicialmente que seus interesses pudessem chocar-se com os de outros povos, mas, pelo contrário, via a si mesma como inaugurando ou participando de um movimento de libertação geral dos povos contra a tirania. De fato, a rivalidade nacional (por exemplo, a dos homens de negócios franceses com os ingleses) e a subordinação nacional (por exemplo, a das nações conquistadas ou libertadas diante dos interesses da *grande nation*) estavam implícitas no nacionalismo, cuja primeira expressão oficial foi formulada pela burguesia de 1789. "O povo" identificado com "a nação" era um conceito revolucionário; mais revolucionário do que o programa liberal-burguês que pretendia expressá-lo. Contudo, era também uma faca de dois gumes.

Visto que os camponeses e os trabalhadores pobres eram analfabetos, politicamente simples ou imaturos, e o processo de eleição, indireto, 610 homens, a maioria desse tipo, foram eleitos para representar o Terceiro Estado. A maioria da assembléia era de advogados que desempenharam um papel econômico importante na França provinciana; cerca de cem representantes eram capitalistas e homens de negócios. O Terceiro Estado tinha lutado acirradamente, e com sucesso, para obter uma representação tão grande quanto a da nobreza e a do clero juntas, uma ambição moderada para um grupo que oficialmente representava 95% do povo. E agora lutava com igual determinação pelo direito de explorar sua maioria potencial de votos, transformando os Estados Gerais numa assembléia de deputados que votariam individualmente, ao contrário do corpo feudal tradicional, que deliberava e votava por "ordens" ou "estados", situação em que a nobreza e o clero podiam sempre derrotar o Terceiro Estado. Foi aí que se deu a primeira vitória revolucionária. Cerca de seis semanas após a abertura dos Estados Gerais, os Comuns, ansiosos por evitar a ação do rei, dos nobres e do clero, constituíram-se eles mesmos, e todos os que estavam preparados para se juntarem a eles nos termos que ditassem, em Assembléia Nacional com o direito de reformar a Constituição. Uma tentativa contra-revolucionária os levou a formular suas exigências praticamente nos termos da Câmara dos Comuns inglesa. O absolutismo atingia seus extertores; conforme Mirabeau, um brilhante e desacreditado ex-nobre disse ao rei: "Majestade, vós sois um estranho nesta Assembléia e não tendes o direito de se pronunciar aqui".[7]

O Terceiro Estado obteve sucesso contra a resistência unificada do rei e das ordens privilegiadas, porque representava não apenas as opiniões de uma minoria militante e instruída, mas também as de forças bem mais poderosas: os trabalhadores pobres das cidades, especialmente de Paris, e, em resumo, também o campesinato revolucionário. O que transformou uma limitada agitação reformista em uma revolução foi o fato de que a conclamação dos Estados Gerais coincidiu com uma profunda crise socioeconômica. Os últimos anos da década de 1780 tinham sido, por complexas razões, um período de grandes dificuldades praticamente para todos os ramos da economia francesa. Uma safra ruim em 1788 (e 1789) e um inverno muito difícil tornaram aguda a crise. As safras ruins faziam o campesinato sofrer, pois significavam que, enquanto os grandes produtores podiam vender cereais a preços de fome, a maioria dos homens em suas propriedades insuficientes tinha provavelmente que se alimentar do trigo reservado para o plantio ou comprar alimentos àqueles preços, especialmente nos meses imediatamente anteriores à nova safra (maio-junho). Obviamente as safras ruins faziam sofrer, também, os pobres das cidades, cujo custo de vida — o pão era o principal alimento — podia duplicar. Fazia-os sofrer ainda mais, porque o empobrecimento do campo reduzia o mercado de manufaturas e, portanto, também produzia uma depressão in-

7. A. Goodwin, *The French Revolution* (ed. 1959), p. 70.

dustrial. Os pobres do interior ficavam assim desesperados e envolvidos em distúrbios e banditismo; os pobres das cidades ficavam duplamente desesperados, visto que o trabalho cessava no exato momento em que o custo de vida subia vertiginosamente. Em circunstâncias normais, teria ocorrido provavelmente pouco mais que turbulências cegas. Porém, em 1788 e 1789, uma convulsão de grandes proporções no reino, uma campanha de propaganda e uma eleição transformaram o desespero do povo numa perspectiva política. Elas iniciaram a tremenda e abaladora idéia de se *libertar* da nobreza e da opressão. Um povo turbulento se colocava por trás dos deputados do Terceiro Estado.

A contra-revolução transformou um ascenso de massa em potencial em um ascenso efetivo. Sem dúvida, era natural que o velho regime oferecesse resistência, se necessário com força armada, embora o Exército não fosse mais totalmente de confiança. (Só sonhadores irrealistas suporiam que Luís XVI pudesse ter aceito a derrota e imediatamente se transformado em um monarca constitucional, mesmo que ele tivesse sido um homem menos desprezível e estúpido do que era, casado com uma mulher menos irresponsável e com menos miolos de galinha, e preparado para escutar conselheiros menos desastrosos.) De fato, a contra-revolução mobilizou contra si as massas de Paris, já famintas, desconfiadas e militantes. O resultado mais sensacional de sua mobilização foi a queda da Bastilha, uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. Em tempos de revolução, nada é mais poderoso do que a queda de

símbolos. A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o marco inicial de libertação. Até mesmo o austero filósofo Immanuel Kant, de Königsberg, cujos hábitos, conforme se comentava, eram tão regrados que permitiam aos cidadãos daquela cidade acertassem por eles seus relógios, postergou a hora de seu passeio vespertino ao receber a notícia, de modo que convenceu a cidade de Königsberg de que um fato que sacudiu o mundo tinha deveras ocorrido. O que é mais importante é que a queda da Bastilha divulgou a revolução para as cidades provincianas e para o campo.

As revoluções camponesas são movimentos vastos, disformes, anônimos, mas irresistíveis. O que transformou uma epidemia de inquietação camponesa em uma convulsão irreversível foi a combinação dos levantes das cidades provincianas com uma onda de pânico de massa, que se espalhou de forma obscura mas rápida por grandes regiões do país: o chamado Grande Medo (*Grande Peur*), de fins de julho e princípio de agosto de 1789. Três semanas após o 14 de julho, a estrutura social do feudalismo rural francês e a máquina estatal da França Real ruíam em pedaços. Tudo o que restou do poderio estatal foi uma dispersão dos regimentos de confiança duvidável, uma Assembléia Nacional sem força coercitiva e uma multiplicidade de administrações municipais ou provincianas da classe média que logo montaram "Guardas Nacionais" burguesas, segundo o modelo de Paris. A classe média e a aristocracia imediatamente aceitaram o inevitável: todos os privilégios feudais

foram oficialmente abolidos, apesar de ter sido fixado rigidamente um preço para a sua redenção, quando a situação política se acalmou. O feudalismo só foi finalmente abolido em 1793. No final de agosto, a Revolução tinha também adquirido seu manifesto formal, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em contrapartida, o rei resistiu com sua costumeira estupidez, e setores revolucionários da classe média, amedrontados com as implicações sociais do levante de massa, começaram a pensar que havia chegado a hora do conservadorismo.

Em resumo, a forma principal da política revolucionária burguesa francesa e de todas as subseqüentes estava, agora, claramente viável. Esta dramática dança dialética dominaria as gerações futuras. Veremos repetidamente moderados reformadores de classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contra-revolução. Veremos as massas ultrapassando os objetivos dos moderados rumo às suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador, daí em diante, aderindo aos reacionários; e um grupo de esquerda, determinado a perseguir o que restou dos objetivos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com o risco de perder o controle sobre elas. E assim por diante, com repetições e variações do modelo resistência — mobilização de massa —, inclinação para a esquerda — rompimento entre os moderados —, inclinação para a direita — até que o grosso da classe média passasse, daí em diante, para o campo conservador, ou seja, derrotado pela revolução social. Na maioria das revoluções burguesas subseqüentes, os liberais moderados viriam a retroceder, ou transferir-se para a ala conservadora, num estágio bastante inicial. De fato, no século XIX, vemos de modo crescente (mais notadamente na Alemanha) que eles se tornaram absolutamente relutantes em começar uma revolução por medo de suas incalculáveis conseqüências, preferindo um compromisso com o rei e a aristocracia. A peculiaridade da Revolução Francesa está no fato de que uma facção da classe média liberal estava pronta a continuar revolucionária até, e mesmo além do limiar da revolução antiburguesa: eram os *jacobinos*, cujo nome veio a significar "revolução radical" em toda parte.

Por quê? Em parte, é claro, porque a burguesia francesa não tinha ainda, como os liberais posteriores, o temor da terrível memória da Revolução Francesa. Depois de 1794, ficaria claro para os moderados que o regime jacobino tinha levado a Revolução longe demais para os objetivos e comodidades burgueses; exatamente como ficaria claro para os revolucionários que "o sol de 1793", se fosse nascer de novo, teria de brilhar sobre uma sociedade não-burguesa. Por outro lado, os jacobinos podiam sustentar o radicalismo, porque em sua época não existia uma classe que pudesse oferecer uma solução social coerente como alternativa à deles. Esta classe só surgiu no curso da revolução industrial, com o "proletariado" ou, mais precisamente, com as ideologias e movimentos nele baseados. Na Revolução Francesa, a classe operária (mesmo esta designação é imprópria para a massa de assalariados contratados mas, fundamentalmente, não-industriais) ainda não desempenhava qualquer papel independente. Eles tinham fome, fa-

ziam agitações e talvez sonhassem, mas, por motivos práticos, seguiam os líderes não-proletários. O campesinato nunca oferece uma alternativa política para ninguém; apenas, de acordo com a ocasião, uma força quase irresistível ou um obstáculo quase irremovível. A última alternativa para o radicalismo burguês (se excetuarmos pequenos grupos de ideólogos ou militantes impotentes quando destituídos do apoio das massas) eram os *sansculottes*, um movimento disforme, sobretudo urbano, de trabalhadores pobres, pequenos artesãos, lojistas, artífices, pequenos empresários etc. Os sansculottes eram organizados principalmente nas "seções" de Paris e nos clubes políticos locais, e forneciam a principal força de choque da revolução — eram eles os verdadeiros manifestantes, agitadores, construtores de barricadas. Por meio de jornalistas como Matar e Hébert, assim como porta-vozes locais, eles também formularam uma política, por trás da qual havia um ideal social contraditório e vagamente definido, que combinava o respeito pela (pequena) propriedade privada com a hostilidade aos ricos, trabalho garantido pelo governo, salários e segurança social para o homem pobre, uma democracia extremada, de igualdade e de liberdade, localizada e direta. Na verdade, os sansculottes eram um ramo daquela tendência política importante e universal que procurava expressar os interesses da grande massa de "pequenos homens" que existia entre os pólos do "burguês" e do "proletariado", talvez freqüentemente mais próximos deste do que daquele porque, afinal, eram na maioria pobres. Esta tendência pode ser observada nos Estados Unidos (sob a forma de uma democracia jeffersoniana e jacksoniana,

ou populismo), na Grã-Bretanha (radicalismo), na França (com os antecessores dos futuros "republicanos" e radicais-socialistas), na Itália (com os mazzinianos e os garibaldinos) e em toda parte. Na maioria das vezes, ela se costumou a se colocar, nas épocas pós-revolucionárias, como uma ala esquerdista do liberalismo da classe média, relutante, porém, em abandonar o antigo princípio de que não há inimigos na esquerda e, em tempos de crise, pronta a se rebelar contra "a muralha do dinheiro", os monarquistas econômicos" ou "a cruz de ouro que crucifica a humanidade". Mas o movimento dos sansculottes também não forneceu nenhuma alternativa real. O seu ideal, um passado dourado de aldeões e pequenos artesãos, ou um futuro dourado de pequenos fazendeiros e artífices não perturbados por banqueiros e milionários, era irrealizável. A história se movia silenciosamente contra eles. O máximo que podiam fazer — e isto eles conseguiram, em 1793-94 — era erguer obstáculos à sua passagem, e dificultaram o crescimento econômico francês desde aquela época até, quase, a atual. De fato, o sansculotismo foi um fenômeno tão desamparado que seu próprio nome está praticamente esquecido, ou só é lembrado como sinônimo do jacobinismo que lhe deu liderança, no Ano II.

II

Entre 1789 e 1791, a vitoriosa burguesia moderada, atuando a partir do que se tinha transformado, na Assembléia Constituinte, tomou providências para a gigantesca racionalização e reforma da França, que era o seu objetivo. A maioria dos empreendimentos institucionais duradouros da Revolução data deste período, assim como os seus mais extraordinários resultados internacionais, o sistema métrico e a emancipação pioneira dos judeus. Economicamente, as perspectivas da Assembléia Constituinte eram inteiramente liberais: sua política em relação aos camponeses era o cerco das terras comuns e o incentivo aos empresários rurais; para a classe trabalhadora, a interdição dos sindicatos; para os pequenos artesãos, a abolição dos grêmios e corporações. Dava pouca satisfação concreta ao povo comum, exceto a partir de 1790, com a secularização e venda dos terrenos da Igreja (bem como dos terrenos da nobreza emigrante) que tinha a tripla vantagem de enfraquecer o clericalismo, fortalecer o empresário rural e provinciano e dar a muitos camponeses uma retribuição mensurável por suas atividades revolucionárias. A Constituição de 1791 rechaçou a democracia excessiva com um sistema de monarquia constitucional baseado num direito de voto dos "cida-

dãos ativos", reconhecidamente, bastante amplo. Esperava-se que os passivos merecessem a sua denominação.

Na verdade, isto não aconteceu. Por um lado, a monarquia, embora fortemente apoiada por uma poderosa facção burguesa ex-revolucionária, não podia se conformar com o novo regime. A corte sonhava e conspirava por uma cruzada de primos reais que banisse a canalha governante de plebeus e restituísse o ungido de Deus, o mui católico rei da França, a seu lugar de direito. A Constituição Civil do Clero (1790), uma mal concebida tentativa de destruir não a Igreja, mas a lealdade romana absolutista da Igreja, levou a maioria do clero e de seus fiéis à oposição, e ajudou a levar o rei à desesperada e, por fim, suicida tentativa de fugir do país. Ele foi recapturado em Varenes (junho de 1791) e, daí em diante, o republicanismo tornou-se uma força de massa; pois os reis tradicionais que abandonam seus povos perdem o direito à lealdade. Por outro lado, a incontrolada economia de livre empresa dos moderados acentuou as flutuações dos preços dos alimentos e, conseqüentemente, a militância dos pobres das cidades, especialmente em Paris. O preço do pão registrava a temperatura política de Paris com a exatidão de um termômetro e as massas de Paris eram a força revolucionária decisiva: não por mero acaso, a nova bandeira nacional francesa foi uma combinação do velho branco real com as cores vermelha e azul de Paris.

A eclosão da guerra agravou a situação. Isto quer dizer que ela ocasionou uma segunda revolução em 1792, a República Jacobina do Ano II e, conseqüentemente, Napoleão. Em outras palavras, ela transformou a história da Revolução Francesa na história da Europa.

Duas forças levaram a França a uma guerra geral: a extrema direita e a esquerda moderada. O rei, a nobreza francesa e a crescente emigração aristocrática e eclesiástica, acampados em várias cidades da Alemanha Ocidental, achavam que só a intervenção estrangeira poderia restaurar o Antigo Regime.[8] Essa intervenção não foi muito facilmente organizada, em virtude das complexidades da situação internacional e a relativa tranqüilidade política de outros países. Entretanto, era cada vez mais evidente para os nobres e os governantes por direito divino de outros países que a restauração do poder de Luís XVI não era meramente um ato de solidariedade de classe, mas uma proteção importante contra a difusão de idéias perturbadoras projetadas a partir da França. Conseqüentemente, as forças para a reconquista da França concentraram-se no exterior.

Ao mesmo tempo, os próprios liberais moderados, e principalmente um grupo de políticos que se aglomerava em torno dos deputados do departamento mercantil da Gironda, eram uma força belicosa. Isto se devia, em parte, ao fato de que toda revolução genuína tende a ser ecumênica. Para os franceses, bem como para seus numerosos simpatizantes no exterior, a libertação da França era simplesmente o primeiro passo para o triunfo universal da liberdade, uma atitude que

8. Cerca de 300 mil franceses emigraram entre 1789 e 1795. C. Bloch, "L'émigration française au XIX siécle", *Etudes d'Histoire Moderne e Contemp.* I (1947), p.137; D. Greer, *The incidence of the emigration during the French Revolution* (1951), sugere, entretanto, um número muito menor.

levou facilmente à convicção de que era dever da pátria da revolução libertar todos os povos que gemiam sob a opressão e a tirania. Havia entre os revolucionários, moderados e extremistas, uma paixão generosa e genuinamente exaltada em difundir a liberdade; uma inabilidade genuína para separar a causa da nação francesa daquela de toda a humanidade escravizada. O movimento francês, assim como todos os outros movimentos revolucionários, viria a aceitar este ponto de vista, ou adaptá-lo, daí até pelo menos 1848. Todos os planos para a libertação européia, até 1848, giravam em torno de um levante conjunto dos povos, sob a liderança dos franceses, para derrubar a reação européia; e, depois de 1830, outros movimentos de revolta nacional e liberal, como o italiano e o polonês, também tenderam a ver suas nações, em certo sentido, como o Messias destinado por sua própria liberdade a iniciar os planos libertários de todos os outros povos.

Por outro lado, considerada menos idealisticamente, a guerra também ajudaria a solucionar numerosos problemas domésticos. Era óbvio e tentador atribuir as dificuldades do novo regime às conspirações dos emigrantes e dos tiranos estrangeiros, e lançar contra eles os populares descontentes. Mais especificamente, os homens de negócios argumentavam que as perspectivas econômicas incertas, a desvalorização da moeda e outros problemas só podiam ser remediados se a ameaça de intervenção fosse dissipada. Eles e seus ideólogos deviam pensar, com uma olhadela na experiência britânica, que a supremacia econômica era filha da agressividade sistemática. (O século XVIII não foi um século em que o homem de negócios bem-sucedido estivesse absolutamente casado com a paz.) Além do mais, como logo se veria, a guerra podia ser feita para dar lucros. Por todas essas razões, a maioria da nova Assembléia Legislativa, exceto uma pequena ala direitista e uma pequena ala esquerdista sob o comando de Robespierre, pregava a guerra. Por essas razões, também, quando a guerra chegou, as conquistas da Revolução viriam a combinar a libertação, a exploração e a direção política.

A guerra foi declarada em abril de 1792. A derrota, que o povo (bem plausivelmente) atribuiu à sabotagem e à traição real, trouxe a radicalização. Em agosto-setembro, a monarquia foi derrubada, a República estabelecida e uma nova era da história humana proclamada, com a instituição do Ano I do calendário revolucionário, pela ação armada das massas sansculottes de Paris. A heróica idade de ferro da Revolução Francesa começou entre os massacres dos prisioneiros políticos, as eleições para a Convenção Nacional — provavelmente a mais notável assembléia na história do parlamentarismo — e a conclamação para a resistência total aos invasores. O rei foi feito prisioneiro e a invasão estrangeira sustada por um nada dramático duelo de artilharia em Valmy.

As guerras revolucionárias impõem sua própria lógica. O partido dominante na nova Convenção era o dos girondinos, belicosos no exterior e moderados em casa, um corpo de oradores parlamentares com charme e brilho que representava os grandes negócios, a burguesia provinciana e muita excelência intelectual. Sua política era inteiramente impossível, pois somente Estados em campanhas militares limitadas e com forças regulares estabelecidas poderiam ter esperanças de manter

a guerra e os problemas domésticos em compartimentos estanques, como faziam exatamente nesta época as senhoras e cavalheiros britânicos dos romances de Jane Austen. A Revolução não estava em uma campanha limitada nem tinha forças estabelecidas, pois sua guerra oscilava entre a vitória total da revolução mundial e a derrota total, que significava a contra-revolução total, e seu Exército — o que sobrou do velho exército francês — era incapaz e inseguro. Dumouriez, o maior general da República, logo desertaria para o inimigo. Somente métodos revolucionários sem precedentes poderiam vencer uma guerra dessas, mesmo que a vitória viesse a significar simplesmente a derrota da intervenção estrangeira. De fato, tais métodos foram encontrados. No decorrer de sua crise, a jovem República Francesa descobriu ou inventou a guerra total: a plena mobilização dos recursos de uma nação com o recrutamento, o racionamento e uma economia de guerra rigidamente controlada, e a virtual abolição, dentro do país e no exterior, da distinção entre soldados e civis. Foi apenas em nossa própria época histórica que se manifestaram as tremendas implicações desta descoberta. Uma vez que a guerra revolucionária de 1792-94 permaneceu, por muito tempo, um episódio excepcional, a maioria dos observadores do século XIX não conseguiu entendê-la, mas, quando muito, somente observar (e mesmo isso foi esquecido até a opulência do fim da era vitoriana) que as guerras levam às revoluções e que as revoluções vencem guerras invencíveis de outra maneira. Só nos dias de hoje podemos ver o quanto do que se passou na República Jacobina e no "Terror" de 1793-94 adquire sentido apenas nos termos de um esforço moderno de guerra total.

Os sansculottes saudaram um governo revolucionário de guerra, e não apenas porque defendiam com razão que só assim a contra-revolução e a intervenção estrangeira podiam ser derrotadas, mas também porque seus métodos mobilizavam o povo e tornavam mais próxima a justiça social. (Eles desprezavam o fato de que nenhum esforço efetivo de guerra moderna é compatível com a democracia direta, voluntária e descentralizada que acalentavam.) Os girondinos, por outro lado, temiam as conseqüências políticas da combinação de uma revolução de massa com a guerra que eles provocaram. Nem estavam preparados para competir com a esquerda. Eles não queriam julgar ou executar o rei, mas tinham que competir com seus rivais, "a Montanha" (os jacobinos), por este símbolo de zelo revolucionário; a Montanha ganhou prestígio, não a Gironda. Por outro lado, os girondinos queriam realmente expandir a guerra até uma cruzada ideológica geral de libertação e para um desafio direto ao grande rival econômico, a Grã-Bretanha. Neste particular, tiveram sucesso. Por volta de março de 1793, a França estava em guerra contra a maior parte da Europa e tinha dado início a anexações estrangeiras (legitimadas pela recém-inventada doutrina do direito francês às "fronteiras naturais"). Mas a expansão da guerra, principalmente quando ela ia mal, só fortaleceu a esquerda, a única que poderia vencê-la. Batendo em retirada e derrotada taticamente, a Gironda foi, finalmente, levada a ataques mal calculados contra a esquerda, que logo se transformariam em uma revolta provinciana organizada contra Paris. Um rápido golpe dos sansculottes derrubou-a em 2 de junho de 1793. Havia chegado a República Jacobina.

III

Quando o leigo instruído pensa na Revolução Francesa, são os acontecimentos de 1789, mas especialmente a República Jacobina do Ano II que vem à sua mente. O empertigado Robespierre, o gigantesco e dissoluto Danton, a gélida elegância revolucionária de Saint-Just, o gordo Marat, o Comitê de Salvação Pública, o tribunal revolucionário e a guilhotina são as imagens que vemos mais claramente. Os próprios nomes dos revolucionários moderados que surgem entre Mirabeau e Lafayette (1789) e os líderes jacobinos (1793) desapareceram da memória de todos, exceto dos historiadores. Os girondinos são lembrados apenas como um grupo, e talvez por causa das mulheres politicamente sem importância, românticas, mas que estavam ligadas a eles — Mme. Roland ou Mme. Charlotte Corday. Quem, fora do campo especializado, conhece sequer os nomes de Brissot, Verginaud, Guadet e do resto? Os conservadores criaram uma imagem duradoura do Terror, da ditadura e da histérica e desenfreada sanguinolência, ainda que diante dos padrões do século XX, e mesmo dos padrões das repressões conservadoras contra as revoluções sociais, tais como os massacres que se seguiram à Comuna de Paris de 1871,

e suas matanças em massa foram relativamente modestas: 17 mil execuções oficiais em 14 meses.[9] Os revolucionários, especialmente na França, viram-na como a primeira república do povo, inspiração de toda a revolta subseqüente. Por tudo isto, esta não pode ser medida pelos critérios humanos de todos os dias.

Isto é verdade. Mas para o francês da sólida classe média que estava por trás do Terror, este método não era nem patológico nem apocalíptico, mas primeiro e, sobretudo, o único método efetivo de preservar seu país. Foi isto que a República Jacobina fez, e seu empreendimento foi sobre-humano. Em junho de 1793, 60 dos 80 departamentos franceses estavam em revolta contra Paris; os exércitos dos príncipes alemães estavam invadindo a França pelo norte e pelo leste; os britânicos atacavam pelo sul e pelo oeste: o país achava-se desamparado e falido. Quatorze meses mais tarde, toda a França estava sob firme controle, os invasores tinham sido expulsos, os exércitos franceses por sua vez ocupavam a Bélgica e estavam iniciando um período de vinte anos de triunfo militar quase ininterrupto e fácil. Ainda assim, por volta de março de 1794, um exército três vezes maior que o anterior era mantido pela metade do custo de março de 1793, e o valor da moeda francesa (ou melhor, do papel-moeda — *assignats* — que a tinha amplamente substituído) era mantido razoavelmente estável, em contraste marcante com o passado e o futuro. Não é de admirar que Jeanbon St. André — o membro jacobino do Comitê de Salvação Pública que, embora fosse um firme republicano, mais tarde se tornaria um dos mais eficientes prefeitos de Napoleão — olhasse para a França imperial com desdém quando ela cambaleava sob as derrotas de 1812-13. A República do Ano II, com menos recursos, tinha enfrentado com sucesso crises piores.[10]

Para esses homens como, de fato, para a maioria da Convenção Nacional, que no fundo deteve o controle durante todo este período, a escolha era simples: ou o Terror, com todos os seus defeitos do ponto de vista da classe média, ou a destruição da Revolução, a desintegração do Estado nacional e provavelmente — já não havia o exemplo da Polônia? — o desaparecimento do país. Muito provavelmente, sem a desesperada crise da França, muitos deles teriam preferido um regime menos ferrenho e, certamente, uma economia controlada com menos rigor: a queda de Robespierre levou a uma epidemia de descontrole econômico, fraudes e corrupção que, incidentalmente, culminou numa inflação galopante e na bancarrota nacional de 1797. Entretanto, mesmo do ponto de vista mais estreito, as perspectivas da classe média francesa dependiam

9. D. Greer, *The incidence of the Terror* (Harvard, 1935).

10. "Vós sabeis que espécie de governo (saiu vitorioso)? (...) Um governo da Convenção. Um governo de jacobinos apaixonados, com bonés vermelhos, roupas grosseiras de lã e tamancos de madeira, que viviam de pão duro e cerveja barata, e dormiam em colchões atirados sobre o chão de seus locais de reunião, quando estavam demasiadamente cansados para se levantar e continuar com as deliberações. Eu fui um deles, cavalheiros. E aqui, como nos aposentos do Imperador em que estou a ponto de entrar, glorifico este fato". Citado em J. Savant, *Les prefects de Napoléon* (1958), p.111-2.

de um Estado nacional centralizado, forte e unificado. E, de qualquer forma, a Revolução, que tinha praticamente criado os termos "nação" e "patriotismo" em seus sentidos modernos, poderia abandonar a *grande nation*?

A primeira tarefa do regime jacobino foi mobilizar o apoio de massa contra a dissidência dos notáveis da província e dos girondinos, e preservar o já mobilizado apoio de massa dos sansculottes de Paris, que tinham algumas exigências por um esforço de guerra revolucionário — recrutamento geral (o *levée en masse*), terrorismo contra os "traidores" e controle geral dos preços (o "maximum") — que coincidiam de qualquer forma com o senso comum jacobino, embora outras de suas exigências viessem a se mostrar problemáticas. Uma nova Constituição um tanto radicalizada e, até então, retardada pela Gironda foi proclamada. De acordo com este nobre, todavia acadêmico, documento, dava-se ao povo o sufrágio universal, o direito de insurreição, trabalho ou subsistência e, o mais significativo, a declaração oficial de que a felicidade de todos era o objetivo do governo e de que os direitos do povo deveriam ser não somente acessíveis mas também operantes. Foi a primeira Constituição genuinamente democrática proclamada por um Estado moderno. Mais concretamente, os jacobinos aboliram sem indenização todos os direitos feudais remanescentes, aumentaram as oportunidades para o pequeno comprador adquirir as terras confiscadas dos emigrantes e, alguns meses mais tarde, aboliram a escravidão nas colônias francesas, a fim de estimular os negros de São Domingos a lutarem pela República contra os ingleses. Essas medidas obtiveram os mais amplos resultados. Na América, ajudaram a criar o primeiro grande líder revolucionário independente, Toussaint-Loverture.[11] Na França, estabeleceram essa cidadela inexpugnável de pequenos e médios proprietários camponeses, pequenos artesãos e lojistas economicamente retrógrados, mas apaixonadamente devotados à Revolução e à República, que têm dominado a vida do país desde então. A transformação capitalista da agricultura e da pequena empresa, a condição essencial para um rápido desenvolvimento econômico, rasteja lentamente e, com ela, a velocidade da urbanização, a expansão do mercado doméstico, a multiplicação da classe trabalhadora e, conseqüentemente, o ulterior avanço da revolução proletária. Tanto os grandes negócios como os movimentos trabalhistas foram longamente condenados a permanecer fenômenos minoritários na França, ilhas cercadas por um oceano de donos de mercearia, vendedores de cereais, pequenos proprietários camponeses e donos de cafés.

O centro do novo governo, representando uma aliança entre jacobinos e sansculottes, inclinou-se, portanto, claramente para a esquerda. Isso se refletiu no reconstruído Comitê de Salvação Pública, que rapidamente se transformou no efetivo Ministério da Guerra francês. O Comitê perdeu Danton, um revolucionário poderoso, dissoluto e provavelmente corrup-

11. O fracasso da França napoleônica em retomar o Haiti foi uma das principais razões para a liquidação de todo o remanescente Império Americano da França, que foi vendido pelo Termo de Compra da Louisiana (em 1803) aos Estados Unidos. Assim, uma conseqüência mais da difusão do jacobinismo na América foi a transformação dos Estados Unidos numa potência de dimensões continentais.

to, imensamente mais talentoso e mais moderado do que aparentava (tinha sido ministro na última administração real), e ganhou Maximilien Robespierre, que se tornou seu membro mais influente. Poucos historiadores têm sido desapaixonados a respeito deste advogado fanático, frio e afetado, com seu senso um tanto excessivo de monopólio privado da virtude, porque ele ainda encarna o terrível e glorioso Ano II, a respeito do qual ninguém é neutro. Ele não era uma pessoa agradável; até mesmo os que acham que ele estava certo tendem, hoje em dia, a preferir o brilhante rigor matemático daquele arquiteto de paraísos espartanos, o jovem Saint-Just. Não foi um grande homem, e freqüentemente mostrou-se limitado. Mas é o único indivíduo projetado pela Revolução (com exceção de Napoleão) sobre o qual se desenvolveu um culto. Isto porque, para ele, como para a História, a República Jacobina não era um instrumento para ganhar guerras, mas um ideal: o terrível e glorioso reino da justiça e da virtude, quando todos os bons cidadãos fossem iguais perante a nação, e quando o povo tivesse liquidado os traidores. Jean-Jacques Rousseau e a cristalina convicção de justiça deram-lhe sua força. Ele não tinha poderes ditatoriais formais nem mesmo um cargo, sendo simplesmente um membro do Comitê de Salvação Pública que era, por sua vez, um mero subcomitê da Convenção — o mais poderoso, embora jamais todo-poderoso. Seu poder era o do povo, as massas parisienses; seu terror, o delas. Quando elas o abandonaram, ele caiu.

A tragédia de Robespierre e da República Jacobina foi que eles mesmos foram obrigados a afastar este apoio. O regime

era uma aliança entre a classe média e as massas trabalhadoras; as concessões jacobinas e sansculottes eram toleradas só porque, e na medida em que, ligavam as massas ao regime sem aterrorizar os proprietários; e, dentro da aliança, os jacobinos da classe média eram decisivos. Além do mais, as próprias necessidades da guerra obrigavam qualquer governo, às custas da livre democracia, direta e local, dos clubes e grêmios, a centralizar e disciplinar as milícias ocasionais e as renhidas eleições livres, em que floresciam os sansculottes. O mesmo processo que, durante a Guerra Civil Espanhola de 1936-39, fortaleceu os comunistas à custa dos anarquistas, fortaleceu os jacobinos como Saint-Just, à custa dos sansculottes, como Hébert. Por volta de 1794, o governo e a política eram monolíticos e dominados ferreamente por agentes diretos do Comitê ou da Convenção — por meio de delegados *en mission* — e por um amplo quadro de oficiais e funcionários jacobinos juntamente com organizações locais do partido. Por fim, as necessidades econômicas da guerra afastaram o apoio popular. Nas cidades, o controle de preços e o racionamento beneficiavam as massas, mas o correspondente congelamento salarial as prejudicava. No campo, o confisco sistemático de alimentos (que os sansculottes das cidades foram os primeiros a advogar) afastou os camponeses.

As massas, portanto, recolheram-se ao descontentamento ou a uma passividade confusa e ressentida, especialmente depois do julgamento e execução dos hebertistas, os mais ardentes porta-vozes dos sansculottes. Enquanto isso, os defensores mais moderados da Revolução estavam alarmados com o ata-

que contra a oposição direitista, a esta altura encabeçada por Danton. Esta facção havia fornecido refúgio para numerosos escroques, especuladores, operadores do mercado negro e outros elementos corruptos, embora acumuladores de capital, e isso, tão mais prontamente quanto o próprio Danton, incorporava a imagem do amoral, livre amante, gastador, falsafiano, que sempre surge no início das revoluções sociais, até que seja suplantado pelo rígido puritanismo que invariavelmente acabava por dominá-la! Os Dantons da História são sempre derrotados pelos Robespierres (ou por aqueles que fingem se portar como Robespierres), porque a dedicação rígida e estreita pode obter sucesso onde a boêmia não o consegue. Entretanto, se Robespierre conquistou o apoio dos moderados por eliminar a corrupção — o que se apresentava, afinal de contas, como um interesse no esforço de guerra —, para o homem de negócios, as restrições ulteriores à liberdade e aos ganhos de dinheiro foram mais desconcertantes. Finalmente, nenhum grande corpo de opinião gostava dos volteios ideológicos um tanto extravagantes do período: as sistemáticas campanhas de descristianização (devidas ao zelo dos sansculottes) e a nova religião cívica de Robespierre, a do Ser Supremo, cheia de cerimônias que tentava contrapor-se aos ateus e levar a termo os preceitos do divino Jean-Jacques. E o constante silvo da guilhotina lembrava a todos os políticos que ninguém estava realmente a salvo.

Por volta de abril de 1794, tanto a direita como a esquerda tinham ido para a guilhotina, e os seguidores de Robespierre estavam, portanto, politicamente isolados. Somente a crise da

guerra os mantinha no poder. Quando, no final de junho de 1794, os novos exércitos da República demonstraram sua firmeza derrotando decididamente os austríacos, em Fleurus, e ocupando a Bélgica, o fim se aproximava. No Nono Termidor pelo calendário revolucionário (27 de julho de 1794), a Convenção derrubou Robespierre. No dia seguinte, ele, Saint-Just e Couthon foram executados, e o mesmo ocorreu apenas alguns dias depois com 87 membros da revolucionária Comuna de Paris.

IV

O Termidor é o fim da fase heróica e memorável da Revolução: a fase dos esfarrapados sansculottes e dos corretos cidadãos de bonés vermelhos que se viam a si mesmos como Brutus e Catão, do período das frases generosas, clássicas e grandiloqüentes e também das mortais "*Lyon n'est plus*". "Dez mil soldados precisam de sapatos. Pegarás os sapatos de todos os aristocratas de Estrasburgo e os entregará prontos para o transporte até os quartéis amanhã às dez horas da manhã!"[12] Não foi uma fase cômoda para se viver, pois a maioria dos homens sentia fome e muitos tinham medo; mas foi um fenômeno tão terrível e irreversível quanto a primeira explosão nuclear, e toda a História vem sendo, permanentemente, transformada por ele. E a energia que ela gerou foi suficiente para varrer os exércitos dos velhos regimes da Europa como se fossem feitos de palha.

O problema com que se defrontava a classe média francesa no restante do que é tecnicamente descrito como o Período Revolucionário (1794-99) era de que forma alcançar a estabi-

12. *Oeuvres Complètes de Saint-Just*, v.II, p.147 (ed. C. Vellay, Paris 1908).

lidade política e o avanço econômico nas bases do programa liberal de 1789-91. Desde aquele momento até hoje, este problema não foi adequadamente resolvido, embora, a partir de 1870, a questão fosse descobrir uma fórmula operante nos quadros da república parlamentar. As rápidas alternâncias de regime — Diretório (1795-99), Consulado (1799-1804), Império (1804-14), a restaurada Monarquia Bourbon (1815-30), a Monarquia Constitucional (1830-48), a República (1848-51) e o Império (1852-70) — foram tentativas para se manter uma sociedade burguesa, evitando, ao mesmo tempo, o duplo perigo da República Democrática Jacobina e do Antigo Regime.

A grande fraqueza dos termidorianos assentava-se no fato de que não contavam com nenhum apoio político, obtinham, no máximo, apenas tolerância, pois que estavam espremidos entre uma reação aristocrática revivida e os pobres sansculottes jacobinos de Paris, que já lamentavam a queda de Robespierre. Em 1795, projetaram uma elaborada constituição de controles e balanços para se resguardarem de ambos, e as periódicas viradas para a direita e a esquerda mantiveram-nos em precário equilíbrio. Contudo, cada vez mais, precisavam depender do exército para dispensar a oposição. Era uma situação curiosamente similar à da Quarta República, e o resultado foi semelhante: o governo de um general.* Mas o Diretório dependia do exército para algo mais do que a supressão de golpes e

N.T.: * a Quarta República francesa, incapaz de resolver a questão da Independência da Argélia, foi derrubada pelo "Golpe do 13 de maio" (de 1958), pelo general De Gaulle, outrora chefe da Resistência (1940-45) e criador da atual Quinta República.

conspirações periódicas (várias em 1795, a de BabAuf em 1796, a do Frutidor em 1797, a do Floreal em 1798 e a da Pradaria em 1799).[13] A inatividade era a única garantia segura de poder para um regime fraco e impopular, mas a classe média necessitava de iniciativa e expansão. O exército resolveu este problema, aparentemente insolúvel. Ele conquistou; pagou-se a si mesmo e, mais do que isto, suas pilhagens e conquistas resgataram o governo. Teria sido surpreendente que, em conseqüência, o mais inteligente e capaz dos líderes do exército, Napoleão Bonaparte, tivesse decidido que o exército podia prescindir totalmente do débil regime civil?

Esse exército revolucionário foi o mais formidável rebento da República Jacobina. A partir de um *levée en masse* de cidadãos revolucionários, ele logo se transformou em uma força de combatentes profissionais, porque não houve recrutamento entre 1793 e 1798, e os que não tinham gosto ou talento para o militarismo desertaram em massa. Assim, ele reteve as características da Revolução e adquiriu as características dos interesses estabelecidos, a típica mistura bonapartista. A Revolução deu-lhe sua superioridade militar sem precedentes, que o soberbo generalato de Napoleão viria a explorar. Ele sempre permaneceu como algo semelhante a uma leva improvisada de soldados, no qual recrutas mal treinados adquiriam treinamento e moral com velhos e cansativos exercícios, em que a disciplina formal de caserna era desprezível, em que os soldados eram tratados como homens e a regra absoluta de

13. Os nomes são os dos meses do calendário revolucionário.

promoção por méritos (que significavam distinção em batalha) produziu uma hierarquia de simples coragem. Este fato e o senso de arrogante missão revolucionária tornaram o exército francês independente dos recursos sobre os quais se apoiavam forças mais ortodoxas. Ele jamais construiu um sistema efetivo de suprimento, beneficiando-se do campo. Jamais foi amparado por uma indústria de armamentos minimamente adequada a suas necessidades triviais; mas ele venceu suas batalhas tão rapidamente que necessitava de poucas armas: em 1806, a grande máquina do exército prussiano ruiu perante um exército em que uma unidade militar inteira disparou somente 1,4 mil tiros de canhão. Os generais podiam confiar em uma coragem ofensiva ilimitada e em uma quantidade razoável de iniciativa local. Reconhecidamente, ele também tinha a fraqueza de suas origens. Com exceção de Napoleão e de pouquíssimos outros, seu generalato e Estado-maior eram pobres, pois o general revolucionário ou o marechal napoleônico era bem provavelmente um duro primeiro-sargento ou uma espécie de oficial de companhia promovido antes por bravura e liderança, do que por inteligência: o Marechal Ney, heróico, mas totalmente imbecil, era o exemplo típico. Napoleão venceu batalhas; seus marechais sozinhos tendiam a perdê-las. Seu precário sistema de suprimento bastava nos países ricos e saqueáveis onde tinha sido desenvolvido: Bélgica, norte da Itália e Alemanha. Nos espaços áridos da Polônia e da Rússia, como veremos, ele entrou em colapso. A ausência total de serviços sanitários multiplicava as baixas: entre 1800 e 1815, Napoleão perdeu 40% de suas forças (embora cerca

de um terço por deserção), mas entre 90% e 98% dessas perdas eram de homens que morreram não no campo de combate, mas em razão de ferimentos, doenças, exaustão e frio. Em resumo, foi um exército que conquistou toda a Europa em curtas e vigorosas rajadas, não apenas porque podia fazê-lo, mas porque tinha de fazê-lo.

Por outro lado, o exército era uma carreira como qualquer outra das muitas abertas ao talento pela revolução burguesa, e os que nele obtiveram sucesso tinham um interesse investido na estabilidade interna como qualquer outro burguês. Foi isto que fez do Exército, a despeito de seu jacobinismo embutido, um pilar do governo pós-termidoriano, e de seu líder Bonaparte uma pessoa adequada para concluir a revolução burguesa e iniciar o regime burguês. O próprio Napoleão Bonaparte, embora cavalheiro de nascimento pelos padrões de sua bárbara ilha natal da Córsega, era um carreirista típico daquela espécie. Nascido em 1769, ambicioso, descontente e revolucionário, subiu vagarosamente na Artilharia, um dos poucos ramos do Exército real em que a competência técnica era indispensável. Durante a Revolução, e especialmente sob a ditadura jacobina que ele apoiou firmemente, foi reconhecido por um comissário local em um fronte de suma importância — por casualidade, um patrício da Córsega, fato que dificilmente pode ter abalado suas intenções — como um soldado de dons esplêndidos e muito promissor. O Ano II fez dele um general. Sobreviveu à queda de Robespierre, e uma inclinação para o cultivo de ligações úteis em Paris ajudou-o em sua escalada, após este momento difícil. Agarrou a sua oportunidade

na campanha italiana de 1796, que fez dele o inquestionável primeiro soldado da República, que agia com independência ante as autoridades civis. O poder foi em parte atirado sobre seus ombros e em parte agarrado por ele quando as invasões estrangeiras de 1799 revelaram a fraqueza do Diretório e a sua própria indispensabilidade. Tornou-se primeiro-cônsul, depois cônsul vitalício e imperador. Com a sua chegada, como que por milagre, os problemas insolúveis do Diretório tornaram-se solúveis. Em poucos anos, a França tinha um Código Civil, uma concordata com a Igreja e até mesmo o mais significativo símbolo da estabilidade burguesa — um Banco Nacional. E o mundo tinha o seu primeiro mito secular.

Os leitores mais velhos ou os de países saudosistas conhecem o mito napoleônico tal como ele existiu durante o século em que nenhuma sala da classe média estava completa sem o seu busto, e talentos panfletários podiam afirmar, mesmo como piada, que ele não era um homem mas um "deus-sol". O extraordinário poder deste mito não pode ser adequadamente explicado nem pelas vitórias napoleônicas nem pela propaganda napoleônica, ou tampouco pelo próprio gênio indubitável de Napoleão. Como homem ele era inquestionavelmente muito brilhante, versátil, inteligente e imaginativo, embora o poder o tivesse tornado sórdido. Como general, não houve igual; como governante, foi um planejador, chefe e executivo soberbamente eficiente e um intelectual suficientemente completo para entender e supervisionar o que seus subordinados faziam. Como indivíduo, parece ter irradiado um senso de grandeza, mas a maioria dos que deram esse testemunho, por exemplo, Goethe, viram-no no auge de sua fama, quando o mito já o tinha envolvido. Foi, sem sombra de dúvidas, um grande homem e — talvez com a exceção de Lênin — seu retrato é o que a maioria das pessoas razoavelmente instruídas, mesmo hoje, reconheceriam mais prontamente numa galeria de personagens da História, ainda que somente pela tripla marca registrada do tamanho pequeno, do cabelo escovado para a frente sobre a testa e da mão enfiada no colete entreaberto. Talvez não tenha sentido fazer uma comparação entre ele, em termos de grandeza, e os candidatos a esse título, no século XX.

Pois o mito napoleônico baseia-se menos nos méritos de Napoleão do que nos fatos, então, sem paralelo, de sua carreira. Os homens que se tornaram conhecidos por terem abalado o mundo de forma decisiva no passado tinham começado como reis, por exemplo, Alexandre, ou patrícios como Júlio César, mas Napoleão foi o "pequeno cabo" que galgou o comando de um continente pelo seu puro talento pessoal. (Isto não foi estritamente verdadeiro, mas sua ascensão foi suficientemente meteórica e alta para tornar razoável a descrição.) Todo jovem intelectual que devorasse livros, como o jovem Bonaparte o fizera, escrevesse maus poemas e romances e adorasse Rousseau poderia, a partir daí, ver o céu como o limite e seu monograma enfaixado em lauréia. Todo homem de negócios, daí em diante, tinha um nome para sua ambição: ser (os próprios clichês o denunciam) um "Napoleão das finanças" ou da indústria. Todos os homens comuns ficavam excitados pela visão, então sem paralelo, de um homem comum que se

tornou maior do que aqueles que tinham nascido para usar coroas. Napoleão deu à ambição um nome pessoal no momento em que a dupla revolução tinha aberto o mundo aos homens de vontade. E ele foi ainda mais. Foi um homem civilizado do século XVIII, racionalista, curioso, iluminado, mas também discípulo de Rousseau o suficiente para ser ainda o homem romântico do século XIX. Foi o homem da Revolução, e o homem que trouxe estabilidade. Em síntese, foi a figura com que todo homem que rompesse os laços com a tradição podia se identificar em seus sonhos.

Para os franceses ele foi, também, algo bem mais simples: o mais bem-sucedido governante de sua longa história. Triunfou gloriosamente no exterior, mas, em termos nacionais, também estabeleceu ou restabeleceu o mecanismo das instituições francesas como existem até hoje. Reconhecidamente, a maioria de suas idéias talvez todas foram previstas pela Revolução e pelo Diretório; sua contribuição pessoal foi fazê-las um pouco mais conservadoras, hierárquicas e autoritárias. Mas seus predecessores apenas previram; ele realizou. Os grandes monumentos de lucidez do Direito francês, os Códigos que se tornaram modelos para todo o mundo burguês, exceto o anglo-saxão, foram napoleônicos. A hierarquia dos funcionários — dos baixos postos até os prefeitos —, das cortes, das universidades e escolas foi obra sua. As grandes "carreiras" da vida pública francesa, o Exército, o funcionalismo público, a educação e o Direito ainda têm formas napoleônicas. Ele trouxe estabilidade e prosperidade para todos, exceto para os 250 mil franceses que não retornaram de suas guerras, embora até mesmo para

os seus parentes tivesse trazido a glória. Sem dúvida, os britânicos viam-se como lutadores pela causa da liberdade contra a tirania; mas, em 1815, a maioria dos ingleses era mais pobre do que o fora em 1800, enquanto a maioria dos franceses era quase que certamente mais rica, e ninguém, exceto os trabalhadores assalariados cujo número era insignificante, havia perdido os substanciais benefícios econômicos da Revolução. Há pouco mistério quanto à persistência do bonapartismo como uma ideologia de franceses apolíticos, especialmente dos camponeses mais ricos, depois da queda do ditador. Foi necessário um segundo Napoleão menor, entre 1851 e 1870, para dissipá-la.

Ele destruíra apenas uma coisa: a Revolução Jacobina, o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade, do povo se erguendo na sua grandiosidade para derrubar a opressão. Este foi um mito mais poderoso do que o dele, pois, após a sua queda, foi isto e não a sua memória que inspirou as revoluções do século XIX, inclusive em seu próprio país.

COLEÇÃO LEITURA

A arte da guerra – Sun Tzu, 128 págs.
A dama das camélias – Alexandre Dumas, 132 págs.
A filha do negociante de cavalos / A meia branca / Sol – D. H. Lawrence, 108 págs.
A lição do mestre – Henry James, 120 págs.
A mulher / Os rapazes – Michel Foucault, 132 págs.
Antígona – Sófocles, tradução: Millôr Fernandes, 70 págs.
A Revolução Francesa – Eric J. Hobsbawm, 60 págs.
À saída do teatro depois da apresentação de uma nova comédia e A Avenida Niévski – Nikolai V. Gógol, seleção de textos de Arlete Cavaliere, 122 págs.
A Santa Joana dos Matadouros – Bertolt Brecht, tradução e ensaio: Roberto Schwarz, 190 págs.
Camões: verso e prosa – Luís Vaz de Camões, 128 págs.
Cartas a Che Guevara – O mundo trinta anos depois – Emir Sader, 84 págs.
Cinco contos – A Fuga; Je ne parle pas français; Senhorita Brill; A vida de mãe Parker; Tomada de hábito – Katherine Mansfield, 96 págs.
Cinco mulheres – Lima Barreto (org. Daniel Piza), 76 págs.
Cinema: Trajetória no subdesenvolviento – Paulo Emílio Salles Gomes, 12 págs.
Contos de Andersen – Hans Christian Andersen, 136 págs.
Contos – Machado de Assis, 122 págs.
Crônicas de Antônio Maria – Antônio Maria, 78 págs.
Cultura e Política – Roberto Schwarz, 188 págs.
Cultura e Psicanálise – Herbert Marcuse, org. Isabel Loureiro, 122 págs.
Do pudor à aridez – Anne Vicent-Buffalt, 130 págs.
Enéias – Gustav Schwab, 116 págs.
Escola de Mulheres – Molière, 92 págs.
Iracema – José de Alencar, 130 págs.
Juventude: uma narrativa e o Parceiro Secreto – Joseph Conrad, 120 págs.
Macbeth – Shakespeare, 110 págs.
Na colônia penal – Kafka, 52 págs.
Na terra das fadas – Bruno Bettelheim, 102 págs.
O Beagle na América do Sul – Charles Darwin, 72 págs.

O cinema brasileiro moderno – Ismail Xavier, 160 págs.
O conde de Gobineau no Brasil – Georges Raeders, 88 págs.
O despertar — Kate Chopin, tradução: Carmen Lúcia Foltran, 212 págs.
O fantasma de Canterville / O príncipe feliz – Oscar Wilde, 70 págs.
O mandarim – Eça de Queiroz, 100 págs.
O manifesto comunista – Karl Marx e Friedrich Engels, 68 págs.
O mito do desenvolvimento econômico – Celso Furtado, 88 págs.
O romance está morrendo? – Ferenc Fehér, 104 págs.
Os assassinatos na rua Morgue / A carta roubada – Edgard Allan Poe, 92 págs.
Os dentes da galinha – Stephen Jay Gould, 84 págs.
Os primeiros contos de três mestres da narrativa latino-americana – O besouro e a rosa – Mário de Andrade; *São Marcos* – Guimarães Rosa; *A mulher que chegava às seis* – Gabriel García Márquez, 80 págs.
O príncipe – N. Maquiavel, 136 págs.
Pedagogia da autonomia – Paulo Freire, 148 págs.
Pedro Páramo – Juan Rulfo, 162 págs.
Peixinhos dourados – Raymond Chandler, 74 págs.
Poemas – Augusto dos Anjos, seleção de Zenir Campos Reis, 116 págs.
Profissão para mulheres; O status intelectual da mulher; Um toque feminino na ficção; Kew Gardens – Virginia Woolf, 52 págs.
Senhorita Else – Arthur Schnitzler, 110 págs.
Sobre a modernidade – Charles Baudelaire, 70 págs.
Teresina e seus amigos – Antonio Candido, 76 págs.
Textos filosóficos — Jean-Jacques Rousseau, tradução: Lúcia Pereira de Souza, seleção de textos: Patrícia Piozzi, 104 págs.
Um coração simples – Gustave Flaubert, 56 págs.
Uma história lamentável – Dostoievski, 102 págs.